

HT-59

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

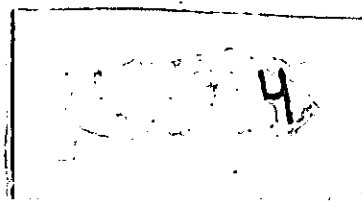
MULHERES E GUERRA:

REINTEGRAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES REGRESSADAS
DAS "ZONAS DA RENAMO" NO DISTRITO DE MANDLAKAZI

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU
DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ELISA MARIA DA SILVEIRA MUIANGA

1996



94(679)
M953m
04

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	25.205
DATA	14/ Fevereiro/ 1998
AQUIÇÃO	Oleta
COTA	HT-59

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MULHERES E GUERRA:

**Reintegração Social das Mulheres Regressadas das
"Zonas da Renamo" no Distrito de Mandlakazi**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos
para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo
Mondlane

Elisa Muianga

Maputo, Maio de 1996

Aos meus filhos Neusa e Ivan, que durante estes 5 anos ficaram privados
de grande parte do o meu carinho e afecto.

DECLARAÇÃO

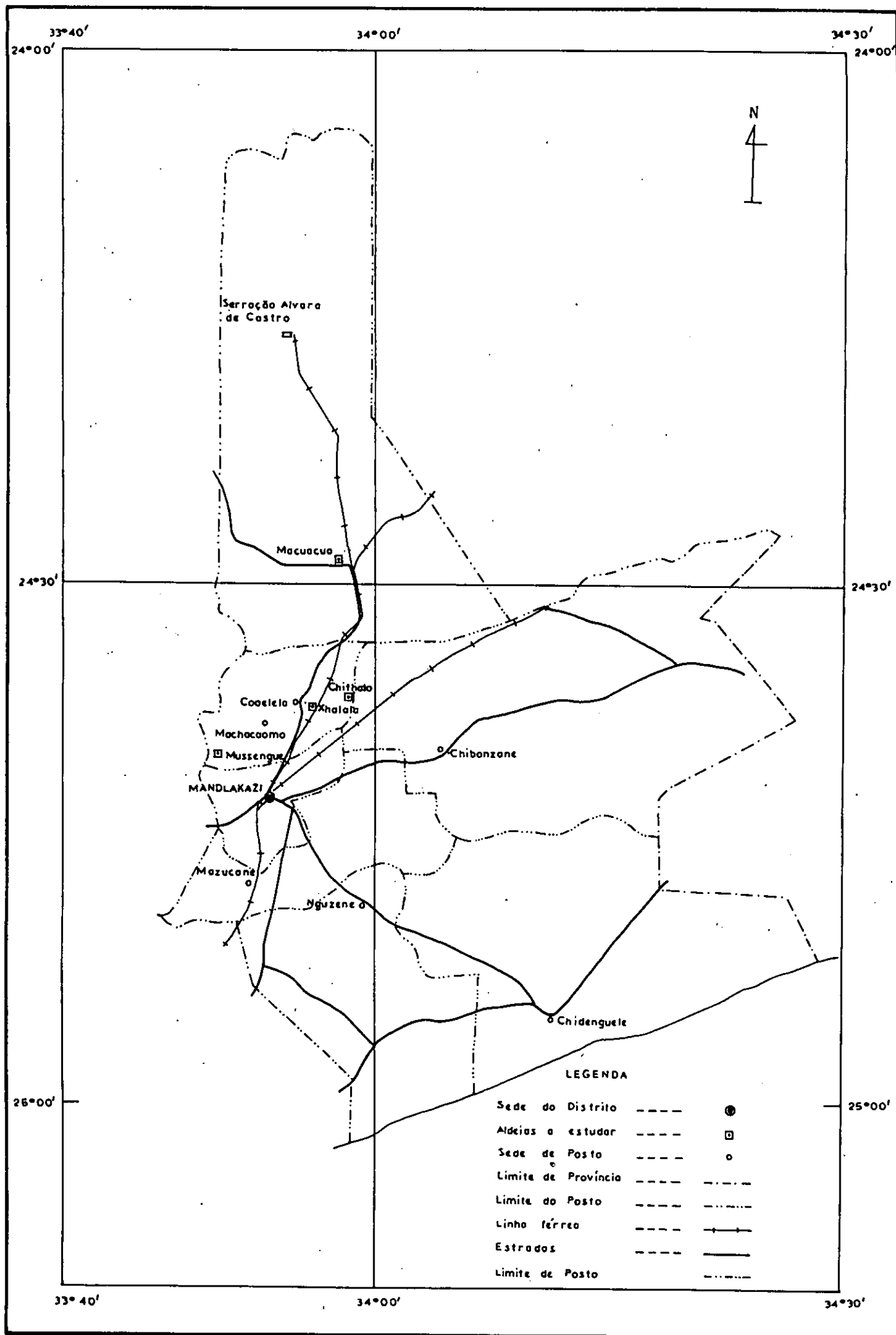
Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto a na bibliografia e na fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão para todas as pessoas das minhas relações familiares e amigos, que me encorajaram a continuar com os estudos.

Endereço agradecimentos especiais aos professores Dr. José Negro e dra. Isabel Casimiro que me apoiaram na concepção do trabalho particularmente ao Dr. João Paulo, supervisor da minha tese, que para além da correcção do conteúdo científico, corrigiu também os erros ortográficos.

DISTRITO DE MANDLAKAZI



RESUMO

Mulheres e guerra: Reintegração Social das Mulheres Regressadas das "zonas da Renamo" no distrito de Mandlakazi.

O trabalho insere-se na problemática da história social de Guerra em Moçambique, tentando responder algumas lacunas relacionadas com uma categoria da população afectada pela guerra, as mulheres raptadas para as bases da Renamo.

O debate central debruça-se sobre o processo de reintegração destas mulheres nas suas aldeias, no distrito de Mandlakazi.

O estudo é constituído por três momentos as mulheres antes do início da guerra, onde se pretende ver como elas viviam, as suas principais actividades, obrigações perante a família e a comunidade.

O segundo momento analisa o início da guerra e o rapto das mulheres para as bases. As actividades desenvolvidas nas bases, as relações com os soldados.

O último momento debruça-se sobre todos os aspectos relacionados com a reintegração social e económica.

A comunidade demonstrou ter mecanismos apropriados e flexíveis capazes de recuperar ou melhorar as formas de integrar a sua população, neste caso as mulheres regressadas das bases da Renamo. Para esse efeito, tem como principais suportes as cerimónias "tradicionais", orientadas pelo pai ou por um curandeiro.

Contudo, nesta sociedade o processo de reintegração, depende muito do papel desempenhado sobretudo pela família do marido. É através desta que se completa a reintegração social, permitindo assim a reintegração económica.

ÍNDICE

CAPÍTULO I: Introdução

1. Objectivos e Metodologia
2. Hipóteses e Problematização
3. O Distrito Estudado
4. O Lugar das Mulheres e os Casamentos

CAPÍTULO II: Mulheres e guerra

1. Origens e Desenvolvimento do Conflito
2. A Renamo e a sua Actuação nas Diferentes Regiões do País
3. A Guerra no Distrito

- a) A fundação da base Macuacua
- b) A aldeia de Mussengue
- c) Kadjahane em Machaka-homo
- d) Aldeias de Xithlalu e Coolela

4. O Rapto de Mulheres
5. A Vida nas Bases

- a) Breve descrição das bases
- b) Principais actividades
- c) As relações entre os militares e a população civil
- d) Como eram feitos os casamentos
- e) Mulheres guerrilheiras
- f) Crianças-soldados

CAPÍTULO III: Regresso e reintegração

1. A Saída das Bases
2. Reintegração Social
3. Reintegração Económica

CAPÍTULO IV: Conclusão

ANEXOS

1. Guião das Entrevistas
2. Lista dos Entrevistados

BIBLIOGRAFIA

Capítulo I: INTRODUÇÃO

1. Objectivos

A assinatura dos Acordos de Paz em 1992, significou o fim da guerra em Moçambique. Uma guerra que durou cerca de 16 anos e durante a qual muitas vidas humanas foram ceifadas. Alguns investigadores da matéria caracterizaram esta guerra como "um dos holocaustos mais brutais contra o ser humano desde a II Guerra Mundial...".¹ Esta guerra para além de ter vitimado milhares de vidas humanas, destruiu infra-estruturas económicas e sociais tendo obrigado a que grande parte da população abandonasse os seus haveres e se deslocasse para sítios que oferecessem melhor segurança. Das zonas rurais, uma grande parte deslocou-se para as cidades e vilas onde ainda havia alguma segurança. A outra, sobretudo nas zonas fronteiriças, refugiou-se em os países vizinhos como o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Swazilândia e África do Sul.

Houve também uma grande parte da população que teve que viver nas zonas da Renamo, porque as suas aldeias foram ocupadas pelos guerrilheiros ou porque foi obrigada a transferir-se para as bases daqueles, através do rapto. O presente estudo incide sobre esta última categoria de afectados, tentando responder a certas lacunas existentes no conhecimento desta matéria.

Os trabalhos existentes sobre a história social da guerra pouco ou nada se referem aos problemas enfrentados por esta categoria e, dentro dela, pelas

¹Abrahamson, H. 1994:109

mulheres. Dada a extensão do país, a diversidade de culturas, a actuação da Renamo muitas vezes dependente das condições específicas de cada região e seus habitantes, não se pode fazer um estudo uniformizado à escala nacional. Daí que incidimos num estudo de caso no distrito de Mandlakazi, particularmente nas localidades de Hlalala e Macuacua.

O nosso estudo baseia-se na recolha oral, sobretudo em entrevistas com mulheres que estiveram nas bases da Renamo durante a guerra. Utilizamos diferentes obras sobre a guerra em Moçambique, e outras experiências análogas para poder desenvolver uma perspectiva comparativa. Procurámos também entender a sociedade de Mandlakazi antes do início da guerra, com vista a saber quais os papéis desempenhados pela mulher e o seu estatuto na sociedade. Para tal, além das entrevistas, baseámo-nos em fontes escritas, sobretudo em autores que estudaram as sociedades moçambicanas a sul do Save, particularmente o grupo shangane.

No que concerne à análise do envolvimento das mulheres na guerra desde o rapto até ao retorno a casa, foram realizadas 41 entrevistas, na sua maioria de mulheres que regressaram das bases da Renamo, mas também de alguns homens raptados, de familiares das mulheres raptadas, seus maridos e familiares destes. Foram também entrevistadas algumas pessoas importantes da comunidade, como curandeiros e responsáveis de aldeia.

Pela natureza da pesquisa, muitos aspectos poderão ser omitidos uma vez que dizem respeito a vida íntima das mulheres raptadas. Além disso, a guerra

terminou à relativamente pouco tempo e existem ainda receios a nível destas comunidades.

O estudo debruça-se sobre as mulheres, sobretudo as mulheres raptadas, porque partimos do princípio que elas tiveram que enfrentar problemas específicos, desde a altura da sua ida para as bases da Renamo até ao momento da sua reintegração, quando regressaram.

O fenómeno de reintegração, no caso das mulheres, é como que permanente: com o casamento, têm que se integrar na família do marido e na comunidade deste, com a guerra tiveram que se integrar na vida da base, que constituía uma comunidade diferente.

Hoje, ao procurar analisar-se o processo da sua reintegração na comunidade em que viviam antes de irem para as bases, deve-se ter em conta que vários aspectos novos foram incorporados, aspectos esses que visavam responder a uma situação imediata da guerra. Por outro lado, novos elementos trazidos pelas pessoas regressadas das bases vão-se misturar com os da comunidade. Para melhor entender este processo de reintegração temos que ver como é que as mulheres estavam enquadradas na sociedade antes do rapto, que função tinham ali, qual era o seu estatuto, quais eram os seus deveres e obrigações. Será que quando elas voltam para as suas comunidades são aceites de igual maneira? Como é que a comunidade as vê? Como as recebe? E como é que elas se sentem?

Procurámos estruturar as questões do nosso estudo em três fases, da seguinte maneira:

Primeira fase: as mulheres antes da guerra. Como é que estas mulheres viviam nas suas comunidades? Qual era a sua principal função? Qual era o seu estatuto? Quais eram as suas obrigações perante a família e a comunidade?

Segunda fase: o início da guerra e o rapto de mulheres. Como é que elas foram parar às bases? Raptadas ou apresentadas voluntariamente? Quanto tempo lá ficaram? Que actividades desenvolviam? Quais eram as relações com os soldados? Como eram feitos os casamentos?

Terceira fase: a reintegração das mulheres. Quando saíram das bases? Antes ou depois da assinatura dos Acordos de Paz? Saíram de sua livre vontade? Como foram recebidas pela comunidade? Por quem? Foram submetidas a alguns rituais? Em que consistiam? Que problemas elas enfrentam actualmente?

2. Hipóteses e Problematização

A primeira hipótese é que estas mulheres tiveram um envolvimento na guerra que não foi exactamente no campo de batalha. Elas ajudaram a transportar o material de guerra e mantimentos para as bases ou de uma base para a outra. Elas garantiram também o sustento dos soldados, trabalhando nas machambas, transportando o saque dos alimentos e, ainda, confeccionando a comida nas bases. E foram ainda usadas para satisfazer os desejos sexuais dos soldados.

A segunda hipótese é que estas mulheres tiveram que se adaptar à nova realidade das bases e, a partir daí, talvez tenham começado a assumir que tinham

que ser elas a lutar para a sua própria sobrevivência, participando no saque às populações, convivendo com os soldados. A dada altura elas ter-se-ão conformado com a situação, aceitando os soldados como maridos ou criando estratégias para evitar situações de risco maiores.

A terceira hipótese é a seguinte: apesar destas mulheres terem passado por esta experiência extrema, que incluiu abusos sexuais, a comunidade pode ser capaz de as aceitar de volta ao seu seio. Neste caso talvez os rituais de purificação aos quais são submetidas encorajem o seu enquadramento, e talvez as pessoas do seu meio também aceitem, considerando que depois de passar por tais rituais elas se tenham transformado em novas pessoas.

Se se concluir que a mulher não é reintegrada na sociedade, então criam-se situações graves uma vez que, segundo os princípios "tradicionais" de Mandlakazi, a mulher é reconhecida pela via do casamento e só a partir daí é que lhe são conferidos alguns direitos, como por exemplo a posse de terra, o reconhecimento dos filhos etc. O que vai fazer com que estas mulheres fiquem reduzidas a um estado de grande penúria e marginalização.

Entre os factores indicadores do processo de reintegração contam-se rituais de purificação e é preciso ver até que ponto estas práticas são válidas nas comunidades, e se tendem ou não a desaparecer.

Por fim, se tivermos em conta que estas mulheres foram violentadas sexualmente e não só, dado que assistiram à morte de seus parentes directos, ou foram mesmo obrigadas a matá-los, temos que colocar a possibilidade de elas

terem sofrido alguns traumas, talvez nem sempre facilmente identificáveis. Procuraremos também ver que papel desempenham as famílias neste aspecto particular da sua reintegração.

3. O Distrito Estudado

Para o presente estudo escolheu-se Mandlakazi, por razões ligadas à língua e à distância. A perspectiva inicial de estudar um dos distritos do centro do país foi inviabilizada pela falta de recursos financeiros para a deslocação, e pelas dificuldades de "penetração cultural" (nomeadamente a língua) que se adivinhavam.

Mandlakazi² é um distrito da Província de Gaza, e foi escolhido para o estudo por ter sido um dos mais afectados pela guerra. Dista da capital provincial Xai-Xai, cerca de 57 kms. Faz fronteira a sul com a capital provincial, a norte com Panda, e Chibuto e a oeste com Chibuto. O distrito tem uma população de cerca de 186.000 habitantes, segundo o censo de 1980.

²Madhanghaze é o verdadeiro nome do distrito, segundo Sarmiento Muhlana, um velho da aldeia de Kadjahane. Segundo ele, trata-se de uma palavra zulu composta por aglutinação: Madha + Ngazi, Madha significando "que come" e Nghazi significando "sangue". Portanto Madhanghaze significaria "terra que come sangue", isto porque durante as lutas de ocupação colonial portuguesa travaram-se muitas batalhas nesta terra, que foi a última capital do Império de Gaza. Os portugueses, talvez por dificuldades de pronúncia do nome original, chamaram à terra, oficialmente, Manjacaze. Procuramos aqui grafar a palavra da maneira mais aproximada à sua pronúncia, Mandlakazi.

No que concerne a divisão administrativa, é constituído por sete postos administrativos, nomeadamente: Hlalala, Macuacua, Xibonzane, Makupulane, Mazucane, Xidenguele e Chicavane. Os postos administrativos de Hlalala e Macuacua foram os escolhidos para o presente estudo. O posto de Hlalala é constituído por duas localidades que são Hlalala e Mussengue. Em Hlalala foram estudadas as aldeias de Coolela, Xithalu e Kadjahane. Em Mussengue estudou-se a aldeia do mesmo nome. O posto de Macuacua é constituído por duas localidades: a localidade sede de Macuacua e Chilatanhane. Nele só se estudou a localidade sede, concretamente a aldeia de Fumane.

Quadro 1: Aldeias Seleccionadas

Posto Administrativo	Localidade	Aldeia
Hlalala	Hlalala	Coolela, Xithalu e Kadjahane
	Mussengue	Mussengue
Macuacua	Macuacua	Fumane
	Chilatwanhane	

Durante o período da guerra todas estas aldeias foram alvo de constantes ataques, e os seus bens saqueados. Muitas famílias tiveram que se deslocar para a sede do distrito, outras para Xai-Xai e mesmo para o Maputo. Para entender melhor o nível de intensidade da guerra neste postos basta dizer que a localidade de Mussengue ficou abandonada desde 1987. Como procuraremos mostrar no

capítulo seguinte, esta guerra foi uma guerra de guerrilha na qual uma das características de ambas as partes era a procura do apoio das populações. Notaremos que as mulheres foram, assim, grandemente envolvidas na guerra.

Por outro lado, este distrito deste o século XIX que constitui um grande potencial de reserva de mão de obra para as minas da África do sul. Embora desde 1976 se tenha reduzido o recrutamento da mão de obra moçambicana para as minas do rand, subsiste ainda essa tradição. Como tal, a maior parte da população masculina, quando atinge a idade de trabalhar, tem como primeira opção a emigração para a África do sul, adquirindo passaporte por meios formais ou informais, violando a fronteira e entrando ilegalmente, se necessário. Esta tradição dos jovens emigrarem para as minas da África do Sul está associada ao facto de poderem obter o dinheiro para o lobolo, quando a partir dos finais do século passado o lobolo passou a ser pago em dinheiro.³ Ainda que não seja para trabalhar nas minas e por esta razão, a grande preocupação dos jovens é de ir à África do Sul, onde há uma maiores possibilidades de emprego. Fracassada essa tentativa, como alternativa vão procurar emprego em cidades como Xai-Xai ou Maputo. Normalmente, se conseguem arranjar emprego fora, só regressam a suas casas decorridos um ou mais anos. Neste contexto, são as mulheres que asseguraram e asseguram a subsistência familiar, na ausência dos maridos. Como tal, quando a guerra eclodiu neste distrito, em 1982, as principais vítimas foram as mulheres.

³Junod, H.A., 1974: 267.



A agricultura é a actividade básica. Cultiva-se o milho, mandioca, amendoim, abóbora e diversos tipos de hortícolas. Existe também o cajueiro, que é um grande recurso económico, sendo integralmente aproveitado: o fruto serve para alimento e fabrico de bebidas alcólicas, que são bastante apreciadas; a castanha serve para temperar os alimentos (hortaliças) e para a venda e aquisição de outros produtos como sabão, açúcar, óleo e roupa. Os habitantes deste distrito dão muita importância ao cajueiro, sobretudo porque é uma árvore bastante resistente à seca.

Para além da agricultura pratica-se a criação de gado. Esta população continua a considerar o gado como uma das principais riquezas. O gado, para além da alimentação, tem as importantes funções de auxiliar no cultivo das machambas e basear as compensações matrimoniais (lobolo). Todavia, as manadas do distrito foram quase inteiramente dizimadas pela guerra.

4. O Lugar das Mulheres e os Casamentos

Ao questionarmos a medida em que a guerra trouxe mudanças no estatuto da mulher em Mandlakazi, temos necessidade de fazer uma retrospectiva do seu papel. Para tal, procuraremos analisar como eram feitos os casamentos, qual a posição da mulher no lar, na família e na sociedade. Nesta análise, recuamos até ao período imediatamente a seguir à altura da independência, altura em que talvez as mudanças tenham começado a surgir mais nitidamente devido à grande

mobilização desenvolvida pela OMM com vista à emancipação da mulher. Esta organização, apesar de ter condenado os ritos de iniciação e o lobolo, sem investigar os aspectos positivos dessas práticas que podiam ser aproveitados, desempenhou um papel muito importante pelo facto de ter despertado na mulher o sentido da luta pela igualdade de direitos. Fátima Mathe, uma das mulheres entrevistadas confirma que a OMM introduziu mudanças importantes na vida das mulheres: "(...) antigamente a mulher tinha um estatuto baixo, hoje tenho voz, tenho valor. O meu trabalho é valorizado, a forma como o meu marido agora se dirige a mim é mais cortês(...). O governo também está interessado na valorização da mulher...".⁴

Na altura a mulher shangana era sobretudo uma produtora de bens. É tanto mais boa mulher quanto mais trabalhadora na machamba for e quanto mais filhos der. Desde criança ela aprende os trabalhos da machamba e a tomar conta da casa. Quando se casa ela tem a sua machamba e a sua valorização é dada pela força que ela tem em produzir na machamba para garantir o sustento familiar. Quanto mais produzir e mais filhos tiver maior consideração terá dos seus familiares, particularmente do marido. Existe um provérbio shangana que diz: "mmintela hinkwapsu," o que significa que para manter o lar a mulher deve aceitar submeter-se.

Nesta sociedade o casamento é feito através do lobolo. Este sistema exige grande participação das famílias dos noivos. Existem alguns paralelismos entre

⁴Entrevista com Fátima Mathe, Coolela, 26/10/95.

esta cerimónia e o casamento civil ou religioso. Ela, tal como os últimos, é orientada por alguém reconhecido e respeitado pela família, existem testemunhas ao acto, é uma cerimónia solene. A quantia do lobolo serve para se lobolar uma outra mulher, como forma de compensação na família da noiva. A dissolução do casamento, tem que ser testemunhada pelas famílias: tradicionalmente só quando as mesmas chagam à conclusão de que não há outra saída é que a dissolução se consuma. A mulher, também, só se sente valorizada quando é lobolada. Para se chegar ao lobolo e à transferência da mulher de casa dos pais para a casa do marido passa-se por várias etapas.

Começa-se pelo kuthoma, uma cerimónia que consiste na apresentação da intenção do noivo aos familiares da noiva. Esta apresentação normalmente é feita por uma pessoa íntima do noivo. Às vezes são familiares seus. Depois marca-se o dia do lobolo em que se reúnem ambas as famílias. Se o noivo não dispuser do valor estipulado e demonstrar interesse em ter a sua futura mulher em casa com estatuto de esposa, os familiares dela podem autorizá-la a ir vivendo com o marido comprometendo-se este a, assim que arranjar a quantia estipulada, pagar a sua dívida e, de facto, ele sabe que tem que saldar a dívida, pois se não o fizer não tem todos os poderes sobre a mulher.⁵

Por outro lado, se acontecer alguma anomalia no seu lar, como por exemplo a esposa não conceber normalmente, associa-se a desgraça ao facto da dívida não estar saldada e os espíritos dos antepassados estarem a castigar,

⁵Entrevista com Fátima Mathe; Coolela, 26/10/95.

reivindicando a conclusão do pagamento do lobolo. Talvez pelo facto de não se circunscrever simplesmente ao pagamento de uma quantia, tendo também que ver com a comunicação com os antepassados, considerados como tendo o papel de iluminar, proteger e garantir a prosperidade e harmonia da família, o lobolo, apesar de muito combatido nunca deixou de ser praticado. Entretanto devido a vários factores, nomeadamente a influência das religiões cristãs, o casamento "tradicional" passou a ser complementado pelos casamentos religioso e civil. Mas, em qualquer dos casos, o casamento tradicional, que inclui, o lobolo, continua a ser o primeiro passo. O pagamento do lobolo vai subindo de acordo com o nível do custo de vida no país. Segundo Junod, o meio para se pagar o lobolo tem a ver com o que sirva, em cada época, para aumentar a riqueza e o prestígio nas comunidades.⁶ Na altura da independência, o lobolo fazia-se mediante o pagamento de cerca de 2.500 escudos mais uma cabeça de gado. Este era o valor mínimo que se exigia e praticamente todos estavam à altura de pagar e neste distrito, por tradição, as pessoas quando atingissem a idade para se casarem sabiam que tinham que ir trabalhar para as minas da Africa do Sul para poderem pagar o lobolo. Mas como os seus rendimentos eram muitas vezes acima do que se exigia para o lobolo, acontecia que os homens tinham quantas mulheres pudessem de acordo com as suas condições financeiras. Mesmo hoje, a nível das comunidades nota-se que são os mineiros quem tem mais do que uma mulher.

⁶Junod, H.A., 1974: 266-267.

Portanto existe uma estreita ligação entre o lobolo e a poligamia.⁷ Mas de acordo com a importância da família da rapariga, este valor podia também variar bastante, chegando a atingir um grande número de cabeças de gado. Com a independência do país e todos os problemas decorrentes do bloqueio económico promovido pela África do Sul, o recrutamento de trabalhadores para as minas reduziu bastante, o que afectou também bastante o sistema de vida instituído nas zonas rurais de Sul de Moçambique. Assim, o pagamento do lobolo passou a ser arbitrário, variando de acordo com as condições de cada família. Com a política de reabilitação económica associada à perda de muitos valores culturais, tem-se assistido, nos últimos tempos, a que a maior parte dos casamentos se processe pela uniao de facto, em que as pessoas se juntam informalmente e começam a fazer uma vida marital. Mas mesmo para este tipo de união, normalmente as famílias conhecem-se e sancionam a união, apesar de não se terem cumprido os formalismos exigidos.

Por tradição, neste distrito também se faziam casamentos poligâmicos, mas devido aos factores já acima referenciados, nomeadamente a influência da religião e a subida do custo de vida aliada à falta de emprego, já se torna difícil manter o sustento de uma família e muito menos de uma família constituída por mais do que um agregado.

Assim como o quadro se apresenta, com a família institucional em processo de mudança, difícil ainda é perceber como está sendo feita a reinserção

⁷Junod, H.A., 1974: 267.

das mulheres regressadas das antigas bases da Renamo. Se se continuasse a observar a constituição da família com base no lobolo, seria mais fácil perceber se as mulheres regressadas das bases estão ou não a ser marginalizadas pelos seus companheiros. Mas uma análise com base só nas formas de casamento poderia induzir em alguns erros, como por exemplo, poderia sugerir que uma mulher regressada das bases, por não ter sido lobolada, estaria a ser vítima de menosprezo e marginalização.

Capítulo II: MULHERES E GUERRA

1. Origens e Desenvolvimento do Conflito

O conflito recentemente terminado opôs as forças governamentais, por um lado, e da Renamo, por outro. Para entender a guerra em Moçambique, é necessário voltar aos anos 70, onde se poderá encontrar a génese do que viria ser a Renamo como movimento de oposição ao Governo. Procuraremos referir aqui brevemente, com base numa cronologia, o desenvolvimento dessa oposição.

Em 1974, na sequência do golpe de estado em Portugal, assiste-se à uma retirada da presença portuguesa em Moçambique. Com a assinatura dos Acordos de Lusaka e, posteriormente, com a independência de Moçambique e a implementação das sanções mandatórias das Nações Unidas por Moçambique, Ian Smith procurou desenvolver acções mais intensas com o movimento Movimento

de Resistência Nacional MNR, ao ponto deste movimento passar a constituir como que um prolongamento das Forças Armadas Rodesianas, reforçado por antigos elementos que faziam parte do exército português e por antigos membros da polícia secreta portuguesa que haviam fugido para a Rodésia aquando dos Acordos de Lusaka.⁸

Em 1976, o encerramento da fronteira com a Rodésia foi assumido por esta como uma declaração de guerra de Moçambique. Ela passou a depender economicamente da África do sul. Mas Moçambique, apesar de saber que em certa medida estava a minar a sua economia, tinha que cumprir com o seu dever internacionalista. A Rodésia ataca então os campos de refugiados de Nyazónia e Púnguè, resultando em vários mortos e feridos. A intensificação das acções rodesianas no interior do território moçambicano contou parcialmente com o recrutamento de moçambicanos ao longo das fronteiras com Manica, Tete e Gaza. Estes moçambicanos tinham como missão indicar os campos de refugiados uma vez que eles falavam a língua e conheciam os caminhos.⁹ Este era um exército constituído por autênticos mercenários que eram mal pagos pela Rodésia, segundo as palavras do próprio Dhakama: "... Na Rodésia éramos oprimidos pelos rodesianos, não tínhamos um líder na nossa organização para negociar as diversas questões (...) nem eu nem o comandante André Matsangaíza. Os ingleses é que determinavam as áreas a atacar e a recrutar, com a promessa de 300-500

⁸Flower, K., 1987:138.

⁹Abrahamson, H., 1994:164.

dolares".¹⁰

Em 1978 as relações entre a Rodésia e a África do Sul alteraram-se com a subida de PW Botha ao poder. Intensificam-se as agressões pois este último considerava Moçambique como base activa para do ANC, o movimento nacionalista sul africano representava uma forte ameaça, tanto para a Rodésia como para a África do Sul.

Em 1980, o Zimbabwe alcança a independência e com isso o Movimento de Resistência Nacional de Moçambique perde a sua base de acção naquela zona. No mesmo ano, a África do sul constituiu-se como retaguarda do MNR, na sequência da transferência da base do movimento para Phataborwa, na África do sul, perto da fronteira com Moçambique.¹¹ Foi a partir desta altura que a Renamo começou a estender as suas acções por todo o país. Embora mesmo antes dos anos 80 as populações já se queixassem de movimentos estranhos nas suas comunidades e ao longo da estrada nacional n.º. 1. Neste período nota-se claramente que o objectivo era a desestabilização do Estado moçambicano.

Durante o mesmo período, a África do Sul preocupou-se em legitimar a imagem e as acções da Renamo, tendo para o efeito criado o seu programa e estatutos.¹² Ao mesmo tempo, as acções terroristas intensificaram-se tendo como principais alvos as infra-estruturas económicas e sociais e a população. A Renamo

¹⁰Tajú, G., 1988:17.

¹¹Taju, G., 1988:25.

¹²Tajú, G: 1988:23.

passou a estar bem apetrechada com equipamento de comunicação bastante sofisticado, acampamentos móveis, etc. Segundo Minter, o sistema de comunicações usado pela Renamo era de tal maneira sofisticado, com rádios transmissores computarizados vindos dos EUA, que os aparelhos eram operados por pessoal especializado instruído na África do sul. Isto dava-lhe assim uma grande vantagem, visto que o movimento conseguia estabelecer contactos a partir da base central com as restantes bases bem como com a sua rectaguarda no sul.¹³ Segundo o mesmo autor, este pode ter sido um dos maiores investimentos feitos pela África do sul com o apoio dos americanos e de alguns estados europeus, que estavam interessados em minar os governos socialistas através de uma guerra de guerrilha rural de baixa intensidade.¹⁴

A Renamo confirma que os seus objectivos eram criar desestabilização no governo da Frelimo, evitando uma confrontação directa com as forças governamentais mas procurando destruir o mais possível, como se pode ver nos extractos dos documentos capturados na Gorongosa: "1 - destruir a economia de Moçambique nas zonas rurais; 2 - destruir as vias de comunicação para impedir a exportação e importação para o exterior e interior, e o escoamento de produtos internos; 3 - impedir as actividades dos estrangeiros (cooperantes) porque estes

¹³Minter, W., 1994:125-6.

¹⁴Minter, W., 1994:126.

são os mais perigosos na recuperação da economia".¹⁵

Norteadas por estes objectivos, a Renamo arrastou uma guerra que durou cerca de dezasseis anos, uma guerra na qual foi importante a participação da população.

2. A Renamo e sua Actuação nas Diferentes Regiões do País

Renamo actuou de acordo com as realidades que ia encontrando nas diferentes regiões. Por vezes, quando se instalava numa zona com o consentimento do chefe local, a população era mobilizada a prestar apoio aos guerrilheiros, indo trabalhar nas suas machambas ou dando uma parte da sua produção. Tal aconteceu com o régulo Fumane, aquando da fundação da base de Macuacua, tendo as populações sido obrigadas a dar uma parte da sua produção, conforme testemunhou a entrevistada Ana Machava.¹⁶ Por outro lado, e dependendo do nível de implantação, outras vezes a Renamo teve machambas para o seu auto-abastecimento, sobretudo no centro e norte do país, como testemunham diversos estudos.¹⁷ No âmbito do projecto história social da guerra, houve colegas que trabalharam na província da Zambézia, tendo confirmado a

¹⁵Documentos de Gorongosa, 1984:(extractos)(s/p), Centro de Documentação do CEA, cx.55D..

¹⁶Entrevista com Ana Machava, Macuacua, 28/1/96.

¹⁷Tajú, G., 1988:19.



existência de machambas da Renamo nas áreas estudadas. Esta prática pode significar que as bases do norte eram, em geral, mais estáveis, permitindo o desenvolvimento da agricultura. Mas no sul a Renamo não conseguiu grande implantação, tendo sido aqui que, segundo algumas interpretações, foram cometidas as maiores atrocidades. Talvez isto se explique pelo facto da Renamo ter tido como um dos principais fundamentos da sua luta a oposição à cúpula do Governo, por ela identificada com pessoas oriundas do sul do Save.¹⁸ De qualquer maneira, no sul a Renamo teve uma presença "nómada": mudava constantemente de base e por isso não pôdia desenvolver qualquer tipo de actividade agrícola.

3. A guerra no distrito

a) A fundação da base de Macuacua

A guerra em Mandlakazi começa a fazer-se sentir a partir de 1982. Quando foi destruída a base da Gorongosa, as tropas da Renamo dispersaram-se, evoluindo uma parte para o sul, incluindo as zonas nortenhas de Inhambane. Porém, como as zonas de Vilanculo, Govuro e Funhalouro são secas, as tropas

¹⁸A confirmar tais diferenças existe ainda o resultado das eleições de Outubro de 1994, em que a Renamo conseguiu um maior número de votos nas províncias nortenhas e do centro, enquanto que em grandes zonas do sul o apoio que obteve quase não teve expressão.

da Renamo tinham muita dificuldade de sobrevivência e começaram a descer para zona sul da província, tendo criado o sector regional sul, que abarcava a parte norte da província de Gaza.¹⁹ Foi neste âmbito que se fundou a base de Macuacua. Segundo os nossos entrevistados,²⁰ esta base foi fundada em 1982, com o apoio do régulo Fumane, que fora régulo da zona com o mesmo nome durante o tempo colonial. Com a independência ele deixou de exercer essa função e foi viver para Maputo até 1982, altura em que regressou à sua terra. Nesse período já se faziam sentir as acções da Renamo. Quando ele voltou a população ficou satisfeita, convencida que ele iria resolver o problema. Mas, pelo contrário, ele aliou-se ao grupo da Renamo que já andava nas redondezas. Segundo os mesmos entrevistados, este grupo prometera restituir-lhe o poder e daí ele ter-se prontificado a apoiá-los e tê-los trazido para a sua área de influência: "... dantes nós sabíamos que os da Renamo viviam em Ribwane, mas a partir de uma dada altura ele (o régulo) achou que era melhor que eles se fixassem aqui...".²¹ As populações passaram então a ser obrigadas a trabalhar para os guerrilheiros e diariamente tinham que dar uma contribuição em géneros ou serviços: "... Nós iam à base, tínhamos que cozinhar para eles, duma maneira rotativa. Um dia era um bairro e no outro era outro. (...) Assim procedíamos segundo as ordens

¹⁹Ana Caetano: Comunicação pessoal, 25 de Abril de 1996.

²⁰Entrevista com Joaquim Macuacua, Macuacua, 27/1/96.

²¹Entrevista com Ana Machava, Macuacua, 28/1/96.

do chefe...".²²

Esta atitude do régulo Fumane assemelha-se às tomadas por alguns régulos do distrito de Erati, na província de Nampula, tal como foram descritas por Christian Geffray.²³ Contudo esta base teve pouca duração porque em 1983 foi destruída pelas tropas governamentais. Segundo um entrevistado,²⁴ para a destruição desta base contou-se com a intervenção de mais forças do exército governamental vindas do comando provincial de Gaza. Ainda segundo o mesmo entrevistado, após a destruição desta base as forças da Renamo dispersaram-se para a zona leste e fundaram a base de Guambine. Depois da destruição desta base, viveu-se um período de relativo sossego no distrito porque logo em seguida foi montado o quartel de Macuacua, com um forte sistema defensivo que não permitia a penetração das forças da Renamo. Mas a partir de 1986 o distrito volta a ser afectado pela guerra. Foi nesta altura que a sede do distrito foi atacada. Os guerrilheiros da Renamo ou "matsangas"²⁵ entravam de todas as direcções. Todas as aldeias estudadas, desde 1983 foram alvo de ataques esporádicos, que se faziam sentir com intervalos muito longos, de dois a quatro meses. Nestes

²²Entrevista com Ana Machava, Macuacua, 28/1/96.

²³Geffray, Christian 1991: 16

²⁴Entrevista com Joaquim Macuacua, Macuacua, 27/1/96.

²⁵"Matsanga" era um termo generalizado entre as populações para designar os soldados da Renamo. Está associado ao nome do primeiro presidente da MNR, André Matsangaíssa. Dificilmente as populações entrevistadas se habituam a chamar Renamo ao movimento.

ataques, a Renamo tinha alvos concretos, nomeadamente os chefes dos grupos dinamizadores e outros elementos que desenvolviam actividades para a Frelimo e para o governo. Segundo alguns entrevistados, quando os guerrilheiros chegavam perguntavam por essas estruturas, chegando inclusivamente a conhecê-los pelos nomes e depois batiam-lhes ou matavam-os. Depois os ataques passaram a ser mais frequentes, sem se fazer qualquer tipo de discriminação: "...qualquer pessoa era raptada ou morta, queimavam as nossas casas e saqueavam os nossos bens ...".²⁶ Por isso a partir da mesma altura muita gente começou a abandonar as aldeias, procurando maior segurança na cidades capitais do distrito e provincial. Foi nessa altura que muita gente construiu residências provisórias em Manjacaze, onde se refugiava quando a situação estava difícil. Quando a situação se acalmava, voltavam para a aldeia, pois era lá que tinham as suas machambas. Entretanto houve aldeias que não conseguiram resistir e acabaram por ser completamente abandonadas, como foi o caso de Mussengue.

b) Aldeia de Mussengue

Tal como as outras, esta aldeia começou a ser atacada em 1983, e em 1987 os ataques intensificaram-se de tal maneira que, para além de matar e raptar gente e levar bens, os guerrilheiros começam a queimar as casas. A aldeia era "visitada" com frequência e as pessoas deixaram de poder fazer os seus trabalhos

²⁶Entrevista com Júlio Munguambe, Coolela, 26/10/95.

da machamba. Sem outra alternativa, os habitantes, na sua maior parte, abandonaram Mussengue e foram fixar-se próximo de Mandlakazi, em Ndingane. Assim, esta aldeia ficou abandonada durante cerca de 5 anos. Mussengue foi uma das aldeias mais sacrificadas, pois que, enquanto que nas outras aldeias as pessoas iam mantendo as suas machambas, embora com todos os riscos de a qualquer altura serem surpreendidas, desta aldeia tiveram que sair. Em Ndingane os deslocados de Mussengue tornaram-se totalmente dependentes: não tinham terras para produzir e passaram a sobreviver da ajuda dos organismos vocacionados para prestar apoio às populações deslocadas. As populações só começaram a voltar depois da assinatura dos Acordos Gerais de Paz.

c) Kadjahane em Machaka-homo

Os ataques a esta aldeia começam em 1986 e intensificam-se em 1987. Paulina Mondlane, sobrinha de Eduardo Mondlane, afirma que esta aldeia era de certa forma respeitada pelos soldados da Renamo.²⁷ Durante este período os guerrilheiros da Renamo entravam na aldeia mas nunca iam a casa dela. A mesma entrevistada disse ainda que certa vez eles entraram em sua casa e levaram alguns bens, mas para grande espanto seu, voltaram passados alguns dias para devolver as coisas que tinham levado. Aparentemente, ter-se-ia tratado de

²⁷Esta aldeia era respeitada por se tratar da aldeia de onde é originário Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo. Entrevista com Paulina Mondlane, Kadjahane, 13/7/94.

um grupo que não conhecia bem a casa ou que não recebera as devidas instruções. Com tal procedimento, a Renamo tentava convencer que os seus ideais eram semelhantes aos de Mondlane. Da mesma forma, as pessoas desta aldeia eram raptadas apenas para transportar os produtos saqueados, sendo depois mandadas regressar à aldeia. Mas a partir de 1989 a situação alterou-se com o estacionamento de uma força de segurança governamental na zona. A partir daí a Renamo deixou de respeitar a aldeia. Passou a raptar pessoas e a matá-las. Mesmo a casa dos Mondlane passou a ser devassada e saqueada. Muita gente foi raptada, muitos dos seus bens roubados. Foi neste período que muitas pessoas se decidiram refugiar em zonas mais seguras. As que resistiram, permanecendo na aldeia durante o dia, ficavam nas suas casas e faziam as suas machambas, mas à noite iam dormir para abrigos e esconderijos. Muitas mulheres e crianças foram raptadas, porque eram surpreendidas em casa a fazer as suas actividades domésticas ou eram apanhadas nas machambas. Umas conseguiam fugir no decurso do rapto, outras foram levadas para as bases da guerrilha, onde ficaram até a assinatura dos Acordos de Paz.

d) Aldeias de Xitlalu e Coolela

Nestas aldeias os ataques começaram em 1983, mas também foram interrompidos e retomados em 1986 com maior intensidade. A princípio os guerrilheiros não matavam, mas em 1986 começaram a matar e a raptar pessoas.

Algumas pessoas, tal como no caso da aldeia anterior, fugiram para zonas mais seguras construindo suas casas ou ficando em casa dos familiares. Mas a maior parte das pessoas permaneceu nestas aldeias até ao fim da guerra. É nestas duas aldeias que se encontra a maior parte de mulheres regressadas das bases da Renamo. Em Xitlalu a média de raptados é, no mínimo, de uma pessoa por casa.

4. O rapto de mulheres

Todas as entrevistadas de todas as aldeias disseram ter ido parar às base através do rapto, que na maior parte das vezes se seguia aos ataques. Por vezes elas eram raptadas quando iam ou vinham da machamba. Eram levadas até às bases no acto de carregar bens saqueados às populações ou das lojas. Segundo o administrador do posto administrativo de Hlalala, o grande número de pessoas raptadas neste distrito deveu-se, de uma maneira geral, à falta de experiência de guerra por parte das populações. Porque por exemplo em Massangene, onde ele fora administrador até 1991, houve pouca gente raptada porque as pessoas já conheciam a guerra desde os tempos da guerra com a Rodésia. Aquí em Mandlakazi as pessoas nem sequer construíam abrigos.²⁸ No processo do rapto, no decurso da viagem desde a aldeia até às bases, eram cometidas muitas atrocidades. Dado o receio que tinham de ser surpreendidos pelas forças governamentais, os guerrilheiros imprimiam grande velocidade a estas

²⁸Entrevista com Damião Massingue, Coolela, 25/10/95.

caminhadas. Tudo o que constituísse obstáculo tinha que ser imediatamente eliminado. Deste modo muitas pessoas eram mortas porque já se encontravam cansadas, com fome e sede, e não conseguiam caminhar depressa. Muitos bebés eram mortos quando choravam de cansaço, fome e sede. À medida que o grupo avistava novas aldeias, a tendência era atacá-las, saquear e raptar mais gente, o que ia engrossando a coluna em marcha. Uma entrevistada conta:

"(...) a caminho da base, pelo interior do mato, apanhámos uma casa onde entrámos, deparando com um casal que estava a descansar. Os guerrilheiros mataram o marido e levaram a esposa com alguns bens da sua casa por ela carregados..."²⁹

Era durante as caminhadas que se seguiam aos raptos que mais se praticavam os abusos sexuais. As mulheres que procuravam resistir podiam ser mortas. Segundo A. Chiúya "...ao longo do caminho se os guerrilheiros precisassem de alguma mulher podiam usa-lá ... não se respeitava a disposição dela, nem a idade nem o número deles..."³⁰

²⁹Entrevista com Felismina Machava, Kadjahane, 16/7/94.

³⁰Entrevista com Argentina Chiúya, Xithalu, 16/7/95.

5. A Vida nas Bases

a) Breve descrição da base

A base era um sítio onde os soldados da Renamo se fixavam, longe das aldeias, um lugar aparentemente sem ninguém. Os guerrilheiros da Renamo acampavam neste lugar juntamente com a população raptada. Improvisavam as suas residências, organizavam todo o resto da sua vida, incluindo os ataques a outros lugares. Enquanto as forças governamentais não tivessem conhecimento da existência deste lugar, os guerrilheiros achavam-se no território sob o seu domínio. Bastava que eles desconfiassem da presença de forças governamentais nas cercanias para abandonar o local e procurar outro mais seguro distante. De acordo com alguns testemunhos o descrito uma base tanto podia durar anos como podia durar só alguns dias.

A base era constituída por duas partes essenciais: a zona militar e a zona civil. A zona militar era constituída por uma espécie de quartel onde viviam os militares, guardavam o material de guerra e organizavam todos as suas acções militares.

Em volta da base existiam os mutis,³¹ onde vivia a população civil. A medida que ia chegando gente nova, ia sendo integrada em cada um dos mutis.

³¹Muti é uma designação shangane que indica a residência da unidade familiar. Mas neste caso a família era criada mesmo na base porque à medida que iam chegando, as pessoas eram distribuídas pelas diferentes casas.

Mas a integração das pessoas nos mutis tinha que obedecer a certos critérios como, por exemplo, nunca juntar pessoas oriundas da mesma zona. Era nos mutis onde se faziam todas as actividades. Era esta população civil que garantia a alimentação aos soldados. Diariamente saíam diversos grupos com o objectivo de procurar comida nas machambas das populações, e trazer água e lenha. Além disso organizavam-se para cozinhar. Os grupos que saíam eram "escortados" por militares. Eram eles que faziam o reconhecimento da zona, e só depois as populações podiam começar a saquear as casas ou as machambas.

Na base, as casas da população eram simples cabanas cobertas de lona ou de capulanas saqueadas às populações. Em algumas bases grandes, como a base central de Nhanale, dirigida pelo famoso comandante Gomes, havia casas feitas de caniço e cobertas de palha.

De uma maneira geral, as casas não podiam ser muito sólidas uma vez que as bases podiam ser atacadas e destruídas a qualquer altura. Quando uma base sofria forte ataque os guerrilheiros abandonavam-a, fundando nova base noutra lugar. Dada esta mobilidade, não era possível terem agricultura, pois que a qualquer altura ela podia ter que ser abandonada.

b) Principais actividades

As actividades distribuíam-se da seguinte maneira: as mulheres ocupavam-se das principais actividades como cozinhar arranjar lenha e água. Contudo um

dos papéis importantes desempenhados pelas mulheres nesta guerra foi no transporte de material de uma base para a outra.

Assim, todas confirmam ter conhecido mais que uma base. As bases mudavam constantemente de localização, para evitar as forças governamentais; os guerrilheiros transferiam-nas frequentemente para outros lugares. Por vezes mudava-se a base porque a fonte de água secava. Nenhuma das entrevistadas que foram raptadas disse ter permanecido todo o tempo na mesma base. Sempre que havia necessidade de transportar material escolhia-se, de entre a população civil, quem o fizesse. Por exemplo, Vitória Wate, conheceu, durante o ano em que esteve com a Renamo, oito bases nomeadamente: começou por ir para a base de Chichococha; passadas semanas, fez parte do grupo que foi atacar Wahamusse a caminho de Chibuto; conheceu também a base de Guambine em Zavala, além das bases de Nwaculuve, Chidukuane, Bonguisine, Chidjogwuanine e Ndindiza. A sua história dá bem ideia de quanto caminhavam estas pessoas; no transporte de material de e para bases que ficavam muito distantes umas das outras. As caminhadas chegavam a durar mais de seis dias. Assumindo que uma marcha forçada de cinco quilómetros corresponde a uma hora, e que as pessoas a iniciavam às 4 horas da manhã e só podiam descansar ao pôr do sol, conclui-se que estas estas mulheres percorriam várias dezenas de quilómetros por dia.

A maior parte dos homens jovens, quando chegavam à base, eram transformados em "matsangas", soldados da Renamo. Esta afirmação foi confirmada por muitos entrevistados: "(...) os trabalhos eram feitos sobretudo por

mulheres, na base havia mais mulheres do que homens, os homens mal chegassem a base iam logo para o quartel e transformados em militares..."³²

Portanto alguns homens combatiam e os civis, incluindo as mulheres, procuravam lenha e alimentos nas machambas alheias.

c) As relações entre os militares e a população civil

Nas bases, muitas vezes os militares iam passar a maior parte do seu tempo na zona da população civil. Com esta eles conversavam no sentido de fazer esquecer a suas famílias e enquadrarem-se o mais rapidamente possível. Segundo algumas entrevistadas, era ao longo destas conversas que eles iam escolhendo as mulheres. Nem sempre as mulheres que lá estiveram se tinham que relacionar maritalmente foi à força. Por exemplo Judith Sitoi afirma ter tido uma ligação com um soldado e que ela mesma assume ser o seu marido.³³ Esta foi uma das raparigas que foi raptada ainda muito criança e cresceu numa base, tendo lá estado cerca de 6 anos. Ela só voltou para sua casa um ano depois da assinatura dos Acordos de Paz em 1993. Esta entrevistada disse ter se despedido do marido quando quiz voltar a casa dos pais e segundo ela o marido ficou de se ir apresentar aos seus familiares mal voltasse do Zimbabwe onde esteve a treinar para fazer parte o novo exército. A mesma disse ter informado aos seus

³²Entrevista com Leta Macuacua, Kadjahane, 16/7/95.

³³Entrevista com Judith Sitoi, Xithlalu, 12/7/94.

familiares sobre a intenção do companheiro. Tendo os familiares respondido que se essa era sua vontade eles estavam de acordo, pois o que se tinha passado ficava enterrado e o que eles desejavam era que eles se entendessem e que o marido tomasse conta da família. Com esta posição tomada por esta família nota-se o grande sentido de reconciliação. É com este mesmo espírito que alguns maridos acolhem as suas esposas.

De acordo com a organização de cada base, as pessoas quando chegassem à base tinham que ser registadas, para permitir melhor controlo. Estas tinham que demonstrar estar felizes com a "sorte", pois se os guerrilheiros desconfiassem de alguém, podia até ser morta: A entrevistada Leta Macuacua confirmou ter visto uma pessoa a ser morta por ter tentado fugir: "... Na primeira base em que estive, ví uma pessoa a ser morta, porque por azar foi apanhada a tentar fugir. O comandante da base convocou uma reunião geral, e na nossa presença, a referida pessoa foi morta, cortada aos pedaços que foram distribuídos pelos presentes para queimar ou enterrar..."³⁴

Muitas entrevistadas também se referiram a este tipo de morte. Esta atitude destinava-se a intimidar as pessoas para que elas nunca tentassem fugir. De facto, era necessária grande dose de coragem para se fugir da base. As pessoas que o faziam tinham que estar convictas que caso a tentativa fracassasse teriam morte certa. Mas apesar de toda esta intimidação, havia sempre pessoas que aproveitavam a mínima possibilidade para fugir.

³⁴Entrevista com Leta Macuacua, Kadjahane, 16/7/94.

Por outro lado na base passava-se muita fome, não havia comida: "... duas semanas depois de termos chegado à base já nos queixávamos da fome que passávamos (...) Foi então que numa das reuniões disseram-nos que ali se vivia roubando a população...".³⁵ E de facto as pessoas tinham que assumir que deviam roubar as populações pois ali tratava-se de um problema de sobrevivência, onde os valores morais eram esquecidos. Se a pessoa não fizesse parte das campanhas para o saque era suspeita e podia até ser morta, ou não lhe davam e ela podia morrer de fome.

d) Como eram feitos os "casamentos"

Na base não havia casamentos explícitos, mas cada mulher sabia qual era o seu "marido". Como se mencionou atrás, os comandantes podiam ter quantas mulheres quisessem e pudessem. Segundo Otto Roesch este terá sido um dos aspectos que atraíam os jovens a alistar-se no exército da Renamo, pois conseguiam, assim, obter mulheres sem grande esforço. O esforço a que se referia relaciona-se com o ter que trabalhar para conseguir dinheiro para o lobolo.³⁶ Porém as ligações eram circunstanciais, na medida em que quando eram transferidos para uma nova base os guerrilheiros deixavam para trás essas mulheres. Uma vez na nova base eles iniciavam novas ligações. As outras

³⁵Entrevista a Leta Macuacua, Kadjahane, 16/7/94.

³⁶Roesch, O., 1992:478.

mulheres que não fossem esposas de nenhum comandante mantinham-se na zona civil e se algum soldado precisasse delas mandava simplesmente buscá-las. Na base era proibido que as mulheres lutassem por causa dos guerrilheiros, pois segundo eles, guiados pelos princípios tradicionais, tal traria "azar".

Nas vésperas de um ataque era obrigatório manter abstenência sexual, para garantir o sucesso da operação. Embora as lutas entre mulheres pelo mesmo homem fossem proibidas, algumas entrevistadas afirmaram que elas ocorriam. Esta reacção pode demonstrar que estas mulheres acabavam por se envolver profundamente na nova lógica. As mulheres escolhidas como esposas tinham certas vantagens, pois beneficiavam dos despojos de combate que lhes eram oferecidos pelos seus companheiros. Algumas entrevistadas, confirmando este facto, afirmaram que numa base, a melhor forma de distinguir se uma mulher foi ou não escolhida, era pela roupa que usava. Se tivesse lenços, capulanas bonitas e novas, sabia-se logo que ela já tinha sido escolhida e era o marido que lhe arranjava essa roupa. Segundo Leta Macuacua, era fácil os guerrilheiros juntarem muitas mulheres para si porque nem sequer pagavam o lobolo.

Por outro lado, nenhuma dessas mulheres se considera casada com o homem com quem tiveram ligação nas bases. Talvez isso se deva ao facto que tal ligação não obedeceu a nenhum dos trâmites exigidos pelas normas costumeiras, não passou de uma ligação que foi fruto das circunstâncias. De facto, a ligação tem que ter o aval das famílias e ser de comum acordo, porque mesmo quando na comunidade são os familiares a arranjar o noivo, existe um

período em que se prepara a rapariga para ela aceitar o homem que lhe é proposto. Além disso, no acto da cerimónia deviam estar presentes as testemunhas dos noivos, visto que no caso de problemas conjugais é a família a quem se recorre em primeira instância.³⁷ Por outro lado, a falta do pagamento do lobolo não dava consistência ao casamento, porque neste distrito apesar de todas as dificuldades em se pagar o lobolo, as mulheres só se sentem honradas quando loboladas. Finalmente, os "maridos", nas bases, fomentavam a poligamia sem obedecer a nenhuma regra previamente estabelecida.

Contrariamente ao que acontecia no decorrer dos raptos e a caminho das bases, nestas havia aparentemente mais disciplina em termos da vida sexual. Pelo menos as mulheres dos guerrilheiros eram respeitadas pelos seus companheiros.

e) Mulheres guerrilheiras

Nas bases existiam mulheres com diferentes estatutos. Havia as "civis", a que nos temos vindo a referir, que viviam juntamente com o resto da população e desenvolviam as diferentes actividades. Contudo, algumas entrevistadas disseram que também havia mulheres no exército designadas de DFs.³⁸ "(...) eu

³⁷Centro de Estudos Africanos, 1992: "Relatório sobre o direito a alimentos", Projecto Situação Legal da Mulher: 79.

³⁸DF é acrónimo de Destacamento Feminino, designação que provém da luta de libertação nacional e passou a ser adoptado pela Renamo nesta guerra para referir as suas mulheres combatentes.

convivia muito com os soldados a ponto de já falar ndau (...) eu era DF (...).³⁹ O processo de selecção para o Destacamento Feminino baseava-se no dinamismo demonstrado, mas as que foram entrevistadas e disseram ter pertencido ao DF eram também mulheres de comandantes.⁴⁰ O papel destas mulheres não é claro. As mulheres "civis" afirmam que elas não passavam de esposas dos comandantes, e por isso andavam fardadas, mas não combatiam, obrigando as outras a servi-las. Aventina Muchanga, uma das entrevistadas, afirmou que: "(...) havia sim DFs na base, que usavam fardamento (...). Essas DFs só tinham o nome, eu nunca as vi lutar. Quem lutava eram os homens (...). Elas tinham muitas pessoas a trabalhar para elas(...)".⁴¹

Todavia, estas mulheres tinham um papel importante: elas é que mobilizavam as outras para não fugir, dizendo-lhes que a guerra ia acabar, que elas deviam ter paciência. Elas tinham responsabilidades na área dos assuntos sociais, cuidando das crianças e dos feridos de guerra.⁴² Quase todas estas mulheres tinham um nível de escolaridade relativamente alto.⁴³ Josefina Eusébio

³⁹Entrevista com Vitória Wate, Coolela, 25/10/95.

⁴⁰Vitória Wate é exemplo de mulher que foi do DF e também esposa de um comandante de base da Renamo.

⁴¹Entrevista com Aventina Muchanga, Mussengue, 5/12/95.

⁴²Uma entrevistada em Coolela e que também foi DF disse que a sua missão era tratar dos feridos de guerra. Entrevista com Josefina Eusébio, Coolela, 24/10/95.

⁴³Considera-se "nível alto" a 3ª ou 4ª classes, visto que em Mandlakazi só existe o ensino secundário na sede distrital. Nas restantes localidades do distrito,

disse ter sido enfermeira numa base. Recebeu "formação" de "uns brancos" que de vez em quando vinham de helicóptero visitar as bases, distribuindo mantas e capulanas.

f) Crianças soldados

A maior parte das crianças que viviam nas bases da Renamo iam para lá, tal como as mulheres, através dos raptos. Dado que muitas vezes não havia homens suficientes para combater, estas crianças eram também transformadas em militares. Vários estudos e testemunhos confirmam este facto.⁴⁴ O treino militar destas crianças era efectuado nas bases, com o recurso a drogas para as encorajar. Normalmente era-lhes dado "mbangue" (suruma) para fumar. Uma testemunha da aldeia de Kadjahane,⁴⁵ afirmou que durante o ataque à sua aldeia, as crianças fumavam suruma, usavam missangas e o cabelo entrançado (rasta) e pintado de "ntsumana".⁴⁶ De uma maneira geral, quando os jovens se preparavam para o ataque iam a um curandeiro para saberem qual seria o desfecho do mesmo, submetendo-se, quando necessário, a um tratamento por meio de

até a assinatura dos Acordos de Paz, o ensino só ia até ao primário do 1º grau.

⁴⁴Segundo Leta Macuacua, os homens mal chegavam às bases iam logo para o quartel receber treino militar. Leta Macuacua, Kadjahane, 16/7/94.

⁴⁵Entrevista com Paulina Mondlane, Kadjahane, 13/7/94.

⁴⁶Ntsumana é um creme que os curandeiros usam na cabeça, de cor avermelhada, que segundo eles os ajuda a ver os espíritos maus.

vacinas.⁴⁷ Estes dispositivos e drogas, juntamente com ameaças, davam às crianças a coragem de matar e roubar, inclusivamente os próprios familiares.

Mas nem todas as crianças eram transformadas em soldados. Algumas eram utilizadas para carregar materiais ou efectuar trabalhos domésticos. Vários estudos confirmam o envolvimento de crianças na guerra e analisam as consequências do mesmo e o processo da sua reintegração.⁴⁸

⁴⁷Esta prática enraíza-se na tradição do distrito, onde normalmente as pessoas recorrem aos curandeiros. Desde tempos recuados que os homens, antes dos combates, procuravam os curandeiros para se tornarem invulneráveis às balas. De maneira análoga, as tropas portuguesas, quando da luta de libertação, iam à missa e transportavam a cruz para se protegerem.

⁴⁸Exemplo de um desses estudos é Charnley, H.; da Silva, T., 1995 "A reintegração das crianças combatentes, jovens soldados desmobilizados em Moçambique: necessidades e recursos".

Capítulo III: O REGRESSO E A REINTEGRAÇÃO

1. A Saída das Bases

Todas as entrevistadas chegaram às bases pela via do rapto, tendo deixado as suas casas, seus maridos e filhos. Uma vez nas bases quase todas desenvolveram relações com soldados de Renamo. Em alguns casos as mulheres voltaram para casa com filhos concebidos nas bases.

Por outro lado, a maior parte das mulheres que fugiram das bases fizeram-o quando iam a procura de alimentos nas machambas das populações. É nessa altura que aproveitavam para se esconder do grupo que as acompanhava, permanecendo nas maçaroqueiras até à noite, altura em que fugiam.

Das entrevistas feitas constata-se que a maior parte das mulheres que fugiram das bases antes da assinatura do Acordo de Paz eram mulheres com mais de 18 anos muitas vezes mulheres casadas e com filhos, e que tinham ido parar às bases sem os levar, tendo ali permanecido sem saber nada deles.⁴⁹

As mulheres solteiras com menos de 21 anos, na sua maioria, só saíram das bases após a assinatura do Acordo de Paz. É de referir que mesmo nesta altura algumas bases continuaram a reter pessoas, pois precisavam delas como

⁴⁹De referir que nesta zona as mulheres casam muito cedo. A partir dos 17 anos já são consideradas demasiado "velhas" para casar.

garantia face ao incerto futuro político. É natural que as mulheres mais novas mais facilmente se tivessem adaptado à vida nas bases. Além disso, talvez as mais jovens não se atrevessem a fugir, não só por medo de serem apanhadas e mortas como também por muitas vezes desconhecerem o caminho de regresso. As mulheres mais jovens que regressaram eram muitas vezes procuradas por familiares ou por instituições como a Cruz Vermelha, que se dedicavam a recolher as crianças para as devolver aos seus familiares. Por exemplo, Francina Chissano,⁵⁰ uma jovem de 17 anos de idade, foi raptada com 11 anos de idade, quando frequentava a 2ª. classe, e esteve numa base durante seis anos. Só em 1993 voltou a ver sua família. Afirmou que tinha sido graças à Cruz Vermelha que regressara, pois esta instituição andava de base em base, tirando fotografias às crianças e levando-as para os seus distritos ou localidades para as identificar. Quando os parentes não se encontravam em suas casas por diversas razões, as crianças eram mantidas nas bases. Mas se os familiares eram localizados, estas crianças eram levadas para a sede do distrito, onde os familiares as iam buscar. Foi assim que Francina Chissano conseguiu voltar a ver os seus familiares. Contudo, tal não significa que não tivesse havido casos de mulheres mais velhas que permaneceram nas bases até a altura da assinatura dos Acordos de Paz, embora em percentagem muito mais reduzida.

⁵⁰Entrevista com Francina Chissano, Kadjahane, 10/7/94.

Quadro 2: Informação sobre entrevistados e sua permanência nas bases:
Mulheres

No.	Idade	Est.Civil	No.Filhos	Perm. Base	Saída	Como saiu
1	19	Cas	1	6 anos	dep.AGP	fugiu
2	31	Cas	4	6 meses	dur.Guerra	fugiu
3	29	Sep	6	1 ano	dur.Guerra	fugiu
4	40	Solt	7	2 meses	dur.Guerra	fugiu
5	22	Cas	0	5 anos	dep.AGP	autor.
6	24	Aban	3	1 ano	dur.Guerra	fugiu
7	36	Solt	6	45 dias	dur.Guerra	fugiu
8	19	Solt	2	7 anos	dep.AGP	fugiu
9	17	Solt	0	6 anos	dep.AGP	C. Verm.
10	18	Cas	0	2 meses	dep.AGP	autor.
11	39	Cas	5	1 mês	dur.Guerra	fugiu
12	45	Aban	10	1 ano	dur.Guerra	fugiu
13	42	Sep	5	5 anos	dep.AGP	autor.
14	18	Solt	1	6 meses	dep.AGP	autor.
15	35	Cas	2	6 meses	dur.Guerra	fugiu
16	17	Solt	4	6 anos	dur.Guerra	C. Verm.
17	30	Cas	6	3 meses	dur.Guerra	fugiu
18	50	Aban	7	3 meses	dur.Guerra	fugiu
19	19	Solt	0	6 anos	dep.AGP	autor.
20	28	Cas	3	2 anos	dur.Guerra	fugiu
21	30	Cas	10	6 meses	dep.AGP	fugiu
22	22	Solt	2	6 anos	dep.AGP	fugiu
23	21	Solt	1	6 anos	dep.AGP	autor.
24	17	Solt	0	6 anos	dep.AGP	autor.
25	35	Aban	0	1 ano	dur.Guerra	fugiu
26	32	Aban	7	1 ano	dur.Guerra	fugiu
27	39	Cas	6	2 anos	dur.Guerra	fugiu
28	41	Cas	8	6 meses	dep.AGP	autor.
29	15	Solt	2	5 anos	dep.AGP	fugiu
30	18	Solt	1	7 anos	dep.AGP	C. Verm.
31	25	Solt	2	9 anos	dep.AGP	autor.
32	22	Solt	1	5 anos	dep.AGP	autor.
33	40	Cas	7	6 meses	dur.Guerra	fugiu
34	35	Cas	5	2 anos	dur.Guerra	fugiu
35	40	Cas	6	1 ano	dur.Guerra	fugiu
36	19	Solt	2	10 anos	dep.AGP	autor.

Homens

No.	Idade	Est.Civil	No.Filhos	Perm. Base	Saída	Como saiu
37	84	Cas	12	2 horas	dur. Guerra	autor.
38	40	Solt	6	10 dias	dur. Guerra	fugiu
39	17	Solt	0	8 anos	dep. AGP	C. Verm.
40	46	Cas	6	1 semana	dep. AGP	fugiu
41	55	Cas	5	2 semanas	dep. AGP	fugiu

Legenda: Cas = casado(a); Solt = solteiro(a); Aban = abandonado(a); Sep = separado(a); dur. Guerra = durante a guerra; dep. AGP = depois da assinatura do Acordo Geral de Paz; autor. = autorizada a saída pelas autoridades da base; C. Verm. = levado(a) da base pela Cruz Vermelha.

Das 36 mulheres entrevistadas, 61% fugiram das bases durante a guerra e 77.2% eram casadas e com filhos (ver Quadro 2). Desse mesmo total, 38% corresponde ao número das mulheres que permaneceram nas bases, sendo quase todas solteiras.

b) A Reintegração Social

Uma vez saídas das bases, qual foi a recepção e a inserção destas mulheres nas suas aldeias de origem? Alguns indicadores ajudam-nos a verificar até que ponto estas mulheres estão ou não a ser genuinamente aceites pelas suas comunidades. O primeiro e, talvez, mais evidente, é o tratamento que recebem dos seus maridos e familiares. Outro indicador é se as mulheres casadas, quando regressam, voltam ou não a assumir as suas responsabilidades no lar e na machamba. Afinal, e dado que o acesso à terra se processa por via do marido, é importante saber se estas mulheres continuam a ter o direito do uso da sua

machamba. No lar, é preciso saber se é ela quem administra a parte dos bens da casa que por norma são administrados pela mulher.

No caso das mulheres solteiras, as questões são ligeiramente diferentes. Por exemplo, será que as que voltaram com filhos conseguem casar-se e fazer-se respeitar pelos maridos?

Procuraremos responder a estas questões com base no Quadro 3, e na distinção entre as mulheres solteiras e casadas.

Todas as mulheres quando regressam dirigem-se a casa dos seus familiares. No caso das mulheres casadas são os seus familiares que se responsabilizam por informar os familiares do marido, ou directamente o marido, do seu regresso. Se estes estiverem interessados, preparam-se para ir buscar a esposa. As mulheres solteiras dirigem-se, igualmente, a casa dos seus familiares.

Todas as regressadas disseram ter sido bem recebidas. Mas esta foi uma primeira reacção, com base nas saudades e na satisfação pelo facto de saberem que elas voltaram com vida. Esta manifestação também deixa bem claro que os familiares e a comunidade em geral entendem que elas foram parar às base compulsivamente, e que o mesmo poderia ter acontecido a qualquer membro da comunidade.

Quadro 3: Informação sobre entrevistados, o seu regresso e reintegração
Mulheres

No.	Idad	Est.Civil	Quem acolhe	Rituais	Que rituais	Orientador	Ocupação
1	19	Cas	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
2	31	Cas	pais	sim	compl.	curandelo	machamb
3	29	Sep	pais	sim	kuph.	pai	machamb
4	40	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb
5	22	Cas	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
6	24	Aban	sua casa	sim	compl.	curandeiro	machamb
7	36	Solt	sua casa	sim	kuph.	pai	machamb
8	19	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb
9	17	Solt	pais	sim	kuph.	pai	estudante
10	18	Cas	pais	sim	compl.	curandeiro	estudante
11	39	Cas	fam.marido	sim	kuph.	pai	machamb
12	45	Aban	sua casa	não	---	---	machamb
13	42	Sep	sua casa	sim	compl.	curandeiro	machamb
14	18	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb
15	35	Cas	pais	não	---	---	machamb
16	17	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb
17	30	Cas	pais	sim	kuph.	pai	machamb
18	50	Aban	sua casa	sim	kuph.	pai	machamb
19	19	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb
20	28	Cas	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
21	30	Cas	fam.marido	sim	kuph.	pai	machamb
22	22	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb
23	21	Solt	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
24	17	Solt	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
25	35	Aban	sua casa	sim	kuph.	pai	machamb
26	32	Aban	sua casa	sim	compl.	curandeiro	machamb
27	39	Cas	sua casa	sim	kuph.	pai	machamb
28	41	Cas	fam.marido	sim	kuph.	pai	machamb
29	15	Solt	pais	não	---	---	estudante
30	18	Solt	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
31	25	Solt	pais	sim	compl.	curandeiro	machamb
32	22	Solt	sua casa	não	---	---	machamb
33	40	Cas	sua casa	sim	compl.	curandeiro	machamb
34	35	Cas	fam.marido	sim	kuph.	pai	machamb
35	40	Cas	sua casa	sim	kuph.	pai	machamb
36	19	Solt	pais	sim	kuph.	pai	machamb

Homens

No.	Idad	Est.Civil	Quem acolhe	Rituais	Que rituais	Orientador	Ocupação
37	84	Cas	sua casa	sim	kuph.	próprio	machamb
38	40	Solt	sua casa	sim	compl.	curandeiro	machamb
39	17	Solt	pais	sim	kuph.	pai	estudante
40	46	Cas	sua casa	sim	compl.	curandeiro	machamb
41	55	Cas	sua casa	não	---	---	machamb

Legenda: Idad = idade; Cas = casado(a); Solt = solteiro(a); Aban = abandonado(a); Sep = separado(a); dur.Guerra = durante a guerra; dep.AGP = depois da assinatura do Acordo Geral de Paz; autor. = autorizada a saída pelas autoridades da base; C.Verm. = levado(a) da base pela Cruz Vermelha; machamb = machamba.

Porém a reintegração é algo mais complexo. Em todos os casos analisados estas mulheres começaram por ser submetidas a certos rituais. Este facto pode ajudar a observar que apesar da influência da religião cristã, a população, em momento de grande aflição recorre com maior confiança à religião tradicional. Algumas práticas da religião "tradicional" parecem ser de tal maneira fortes que mesmo a população urbana recorre a elas, em determinadas alturas, para resolver os seus problemas. Estes rituais normalmente integram diversas fases ou cerimónias.

A primeira cerimónia é o kuphahla,⁵¹ para anunciar aos defuntos que a vontade dos intervenientes foi satisfeita, pois na opinião dos familiares se a mulher conseguiu voltar a casa foi porque os defuntos assim o quiseram. O kuphahla é normalmente orientada pelo chefe da família da regressada (pai ou

⁵¹É uma cerimónia "tradicional" que consiste na evocação dos espíritos dos antepassados, normalmente para pedir a bênção para a realização de algo, ou para agradecer alguma surpresa boa e anunciar algo, como por exemplo um pedido de mais sorte. Esta cerimónia é feita num lugar específico, onde antes se espalha um pouco de rapé e se deita um pouco de água ou uma bebida alcóolica.

tio).

A segunda cerimónia consiste em procurar um curandeiro que trate a regressada, dando-lhe um banho e outros tratamentos para que ela se esqueça de todas as coisas más por que passou, como por exemplo das mortes a que assistiu. Esse tratamento tem um efeito purificador, visto que a partir dele as visadas se convencem de se ter transformado noutras pessoas. De certa maneira, o mesmo tratamento ajuda-as a inserir-se na sua comunidade, pois todos se convencem que se trata efectivamente de uma nova pessoa.

De todos os entrevistados, 87% foram submetidos a estas cerimónias "tradicionais", começando pelo kuphlahla. De entre os submetidos às cerimónias, 42% fizeram cerimónias completas, que incluíam o kuphlahla e a purificação através dos banhos e outros medicamentos. Os restantes 58% foram submetidos só à primeira cerimónia, mas com a consciência de que têm que concluir com o tratamento. Há casos de mulheres que não foram submetidas a esses rituais porque os familiares na altura não tinham meios para os solicitar. Afirma uma entrevistada: "(...) quando voltei o meu pai arranhou um curandeiro. Este disse que eu devia ser tratada de modo a limpar todas as impurezas da guerra (...). O problema é que o meu pai ainda não arranhou dinheiro. Logo que ele o arranhou vou fazer esse tratamento..."⁵²

Estas cerimónias requerem, pois, algum dinheiro para pagar ao curandeiro e adquirir os medicamentos, comprar galinhas ou, mesmo, cabritos. Muitas vezes

⁵²Entrevista com Aventina Muchanga, Mussengue, 5/12/95.

os familiares não, portanto, têm meios para tal.

Mas aquilo que está em causa no processo de reintegração destas mulheres não se resume a estas cerimónias. Muito importante, como referimos atrás, são as relações estabelecidas entre estas mulheres e os familiares do marido, e o estatuto que gozam os filhos nascidos na base. O facto da análise insistir na importância da família do marido deve-se ao facto de nesta zona esta exercer uma grande influência na vida da família. Quando a nora é bem aceite pelos familiares do marido o casamento pode durar por muito tempo. No caso contrário, os familiares têm grande poder para influenciar o marido no sentido de deixar a mulher ou procurar uma segunda esposa.

Há casos de mulheres que ao voltarem apanharam os esposos com outras mulheres, mas não foram mandadas embora, tendo apenas perdido o estatuto de Nkhosinkhadzi (mulher principal). Esta tem um estatuto especial pois antes de se tomar qualquer decisão ela é consultada e é quem faz a distribuição das actividades pelos outros membros da família. Este é talvez o indicador que nos pode ajudar a ver quando é que se trata de uma poligamia natural e quando é que se trata de marginalização por ela ter estado na base.

Noutros casos em que a regressada deparou com outra mulher em casa, o marido justificou-se dizendo que arranjou outra mulher para lhe fazer companhia e ajudar a tomar conta das crianças. O caso de uma entrevistada pode ajudar a entender essa posição tomada por alguns maridos: "...ele recebeu-me bem, embora eu tenha voltado e encontrado outra mulher em casa. Mas ele

construiu uma casa para a outra mulher eu ocupei a minha antiga casa (...). Ele continua a mandar comida e roupa e nós dividimos (...). Eu vivo à espera dele...".⁵³

Em relação às mulheres mais novas e solteiras, das nove entrevistadas com filhos nascidos nas bases nenhuma começou uma nova ligação quando regressou. Elas dizem não se sentirem muito seguras para começar um novo lar. As que voltaram sem filhos sentem-se mais à vontade para o fazer. Para demonstrar que o tipo de ligação criado nas bases "não tinha compromissos", quase todas disseram terem saído das bases sem se despedirem dos maridos. Por outro lado todas disseram que se os pais das crianças demonstrassem vontade em voltar e oficializar a ligação elas estariam dispostas a tal: "... eu tinha um marido militar na base, o pai deste meu bebé (...). Certo dia decidi que devia voltar para casa. Despedi-me dele. Eu não queria continuar na base (...). Mas se ele vier à minha procura hei-de regressar. Eu gostaria que ele me procurasse e me lobolasse...".⁵⁴

Esta posição pode demonstrar que as mulheres nesta situação podem acabar habituando-se aos "maridos das bases" e não se importam de viver toda a vida com eles. Isto pode ser um factor atenuante dos traumas destas mulheres regressadas das bases. Por outro lado, pode ser também uma atitude de resignação, manifestando estas mulheres o receio de não serem bem sucedidas na

⁵³Entrevista com Erlina Mondlane, Kadjahane, 13/7/94.

⁵⁴Entrevista com Natália Cumbe, Xhitlalu, 8/7/94.

tentativa de um novo casamento. Muito disseram ter receio de os maridos, em caso de briga doméstica, evocarem o facto de elas terem estado na base durante muito tempo, enquanto que se estiveram com o homem com quem viveram nas bases, o passado já não constitui um problema.

Todas as que voltaram com filhos das bases disseram que se os pais dessas crianças as procurassem com o objectivo de recuperar os filhos elas lhos dariam. Entregavam os filhos porque, segundo a tradição desta sociedade patrilinear, os filhos pertencem a família do marido, adoptam o seu apelido e vivem em casa dos familiares daquele.⁵⁵ O que dá direito a tal "posse" é o lobolo. Por detrás desta intenção está, claramente, o desejo de serem loboladas e, assim, ocuparem um lugar na sociedade. Neste caso, como elas não foram loboladas, considera-se que os filhos nasceram em casa dos pais e, portanto, os mesmos devem ostentar o apelido da família da mulher, ficando com o mesmo estatuto que teriam caso fossem filhos de mulher solteira.

Pode haver casos em que o novo marido destas mulheres regressadas (e que, portanto, as lobolou) assumia os filhos tidos por elas nas bases como seus próprios. Neste caso tais filhos ficam com o apelido desse homem. Aqui pode estabelecer-se o paralelismo com os casos de adultério das mulheres (por exemplo de mineiros ausentes na África do Sul) que é posteriormente perdoado pela família do marido. Existem então arranjos apropriados que a família faz de

⁵⁵Esta atitude pode também significar que as mulheres com filhos resultantes de ligações nas bases (portanto, não loboladas), se querem ver livres dos mesmos para começar uma vida nova.



modo a não perder nem a mulher nem o filho, passando esse filho de uma ligação exterior a adoptar o apelido do marido. Aplica-se aqui a expressão em shangana, que justifica esta atitude: "ah phaliwi ka tihomo tahina", o mesmo que dizer que nasceu sobre o nosso lobolo. Esta norma pode mostrar como, nesta sociedade, se valorizam os filhos enquanto riqueza da família.

Segundo os dados obtidos, e logicamente, as mulheres solteiras que regressaram das bases mais facilmente conseguem uma nova ligação se não tiverem voltado com filhos. Afirma Lucrécia Muchanga: "... tenho um marido. Ele trata-me bem talvez porque ainda estou há pouco tempo com ele (...). Acho que os seus familiares também gostam de mim...".⁵⁶ Uma outra jovem regressada de uma base, solteira de 22 anos, diz ter regressado há dois anos mas que já tem um marido com quem e que promete ir lobolá-la. O seu relacionamento com o marido é bom.

3. Reintegração económica

A reintegração económica está estreitamente associada à reintegração social. As mulheres que são bem recebidas, são reintegradas automaticamente na medida em que, por exemplo, as mulheres que são recebidas pelos maridos, têm acesso automático à terra controlada por eles para trabalhar, à machamba da família. No caso das mulheres solteiras, elas passam a trabalhar na machamba da

⁵⁶Lucrécia Muchanga, Xithalu 12/7/94.

sua própria família, normalmente na machamba do pai.⁵⁷

Segundo a lógica exposta, as mulheres que têm dificuldades de reintegração social vêm tais dificuldades reflectidas na esfera económica. Primeiro, têm o problema de terem perdido tudo durante o tempo em que estiveram na base. Se não têm o apoio familiar torna-se-lhes muito difícil iniciar a vida na comunidade. Esta dificuldade deve-se, como referimos, à estrutura da sociedade. O principal recurso económico é a terra e a actividade agrícola. Segundo os princípios culturais, o acesso das mulheres à terra faz-se através do casamento (lobolo). Nas entrevistas feitas notou-se que os herdeiros da terra são só os filhos varões. O pai, ainda em vida, tem a preocupação de dividir a terra pelos seus filhos.⁵⁸ As mulheres nunca são contempladas porque elas, quando se casam, vão passar a pertencer à família do marido e trabalharão na terra dele.

Assim, é certo que as mulheres marginalizadas vão enfrentar muitos problemas para obter terra, problemas esses parecidos com os de outras mulheres marginalizadas, como as separadas, viúvas e mães solteiras que são chefes de agregados familiares e que têm que sustentar os seus filhos. Assim, as regressadoas vêm engrossar as fileiras das mulheres marginalizadas de estatuto incerto na sociedade de Mandlakazi. A sociedade não está preparada para receber este tipo de agregados pois elas alteram todas as normas costumeiras. No seio da

⁵⁷Embora ela desde criança trabalhe na machamba, é auxiliando a mãe e não por direito próprio. Trata-se de uma forma de se preparar para, no futuro, quando casada trabalhar na machamba da família do seu marido.

⁵⁸Entrevista com Ricardino Nhancumbe, Coolela, 25/10/95.

comunidade, uma mulher que não tenha marido e que esteja a dirigir um agregado não é reconhecida nem respeitada.⁵⁹ A sociedade de Mandlakazi está organizada de maneira a que o acesso e controlo dos recursos mais importantes como a terra seja feito pelo homem, prejudicando em grande medida as mulheres que se tornam chefes de agregados familiares.

⁵⁹Nunca dizem a casa da "dona fulana". Quando querem indicar a mesma usam o apelido dos pais dos seus filhos.

Capítulo IV: CONCLUSÃO

O processo e reintegração das mulheres regressadas das bases da Renamo às aldeias estudadas no distrito de Mandlakazi, conta com a participação dos familiares e da comunidade dum modo geral.

Ao iniciar este estudo estávamos convencidos que estas mulheres seriam totalmente marginalizadas pela sociedade e pelos seus familiares. Contudo a nossa pesquisa demonstrou que a comunidade é flexível, dinâmica e capaz de, através de mecanismos próprios, adaptar-se aos novos tempos e recuperar ou melhorar as formas de integrar a sua população, neste caso as mulheres regressadas das bases da Renamo.

Dum modo geral, a reintegração destas mulheres tem como principais suportes as cerimónias "tradicionais", orientadas pelo pai ou pelo curandeiro. Estas cerimónias revestem-se de grande importância, uma vez que tanto a pessoa em causa como os restantes membros da família e da comunidade convencem-se que depois delas a pessoa fica apta a integrar-se como membro de pleno direito na comunidade.

No processo de integração destas mulheres há que distinguir dois grupos: o das mulheres solteiras e o das mulheres casadas. O grupo das solteiras é constituído por mulheres que geralmente foram raptadas ainda muito jovens. Dentro deste grupo há que diferenciar as mulheres que regressam das bases com filhos lá concebidos e as que voltam sem filhos. As primeiras sentiram

normalmente muito maiores dificuldades de reinserção. As solteiras sem filhos mais facilmente se reintegram, sobretudo através de uma nova ligação matrimonial.

O grupo das mulheres casadas é, sem dúvida, aquele que enfrenta maiores dificuldades de reintegração. A sua reintegração depende acima de tudo da família do marido. Nesta comunidade de Mandlakazi, conforme foi já referenciado, a família do marido desempenha um papel muito importante, nomeadamente o de permitir à mulher o acesso aos recursos.

As mulheres casadas que não conseguem reintegrar-se passam por muitas dificuldades, porque são marginalizadas e engrossam o grupo de mulheres de estatuto "indefinido", como as mães solteiras, as viúvas e as separadas. Por isso sem reintegração social não há reintegração económica.

ANEXOS:

1. Guião das entrevistas

O guião será mais para orientar o entrevistado e o entrevistador. Isto porque a entrevista vai ser na base da sua história de vida durante o período da guerra.

A entrevista tem um cabeçalho no qual deve constar o seguinte:

Nome:

Naturalidade:

Idade:

Estado civil:

Nº. de filhos:

A vida antes da guerra

Onde vivia quando a guerra começou?

O que fazia antes da guerra começar?

Quando como foi parar a base da Renamo?

O que aconteceu durante a viagem?

Se era casada como foi o seu casamento?

O marido foi da sua livre escolha? Se não quem escolheu para si?

Qual foi a principal diferença que sentiu em ter que se envolver com o homem que viria a ser o seu marido e o soldado da Renamo?

Foi submetida a alguns ritos de iniciação?

Sobre a vida na base

Por quem e como foi recebida na base?

Como era a vida na base?

Quem eram os chefes da base?

Como estava organizada a base?

De que é que se alimentavam? E quem é que cozinhava?

Quais eram as principais actividades e como estavam repartidas?

Quais as principais actividades das mulheres?

Quais eram as relações com os soldados?

Na base eram permitidos casamentos? Como?

O que é que acontecia se a mulher não aceitasse?

Era frequente existirem lutas entre as mulheres por causa dos militares?

Quem resolvia os problemas na base?

Quais eram os problemas mais frequentes?

Sobre o retorno a casa

Quando e como saiu da base?

Se foi antes do Acordo de Paz, quais eram os principais riscos?

Se foi depois da assinatura dos acordos de Paz:

As pessoas estavam autorizadas a sair?

Quem organizava a saída? Como?

A recepção

Quando saiu da base para onde se dirigiu?

Para a sua casa? Para casa dos familiares do seu marido? Para casa dos seus familiares? (se for casada)

Por quem foi recebida e como?

Foi submetida a alguma cerimónia?

Caso afirmativo em que consistia?

Como se sente em relação aos familiares e aos vizinhos da aldeia?

Chegou a estar casada na base?

Teve filhos? Quantos?

Qual foi a posição do seu marido em relação aos filhos trazidos da base?

E a dos seus familiares (familiares do marido)?

Estabelece alguma ligação com o pai dos filhos tidos na base?

Qual foi a reacção dele quando soube que se ia embora?

Se ele lhe propusesse uma relação mais séria, qual seria a sua reacção?

Que apoio tem recebido a nível da comunidade? E de outras instâncias?

Que actividade está desempenhando actualmente?

Como se sente, acha que consegue esquecer-se de tudo o que passou na base?

2. Lista dos Entrevistados:

Aldeia de Coolela

Fátima Mate	26/10/1995
Júlio Munguambe	26/10/1995
Vitória Wate	25/10/1995
Josefina Eusébio	24/10/1995
Adelaide Nhancumbe	24/10/1995
Damião Massingue	25/10/1995
Américo Nhancumbe	25/10/1995

Aldeia de Kadjahane

Felismina Machava	16/7/1994
Leta Macuacua	16/7/1994
Argentina Chiúya	16/7/1994
Delfina Siteo	16/7/1994
Flora Souto	14/7/1994
Paulina Mondlane	13/7/1994
Raúl Bila	13/7/1994

Argentina Cossa 13/7/1994

Francina Chissano 10/7/1994

Aldeia de Xithalu

Alegria Sitei 8/7/1994

Natalia Cumbi 8/7/1994

Lucrecia Muchanga 12/7/1994

Judite Sitei 12/7/1994

João Muchanga 9/7/1994

Sónia Guambe 9/7/1994

Erlina Mondlane 9/7/1994

Pedro Rafael 11/7/1994

Salomão Banze 11/7/1994

Rosa Mati 19/6/1994

Orlando Cossa 19/6/1994

Celina Nhaca 18/6/1994

Aldeia de Mussengue

Aventina Muchanga	5/12/1995
José Maluleque	5/12/1995
Ernesto Machine	7/12/1995
Pedro Muchanga	7/12/1995
Aurélio Muchanga	7/12/1995
Sara Novane	7/12/1995

Aldeia de Macuacua

Joaquim Macuacua	27/1/1996
Ernesto Zulo	27/1/1996
Arnaldo Salomão	27/1/1996
Ana Machava	28/1/1996
Zaituna Orá	28/1/1995
Rosa Mati	26/1/1996

Bibliografia Consultada:

- 1 - Almeida, JF; Pinto, JM (1990): *A investigação em ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- 2 - Alexander, Jocelyn (1994): *A terra e a autoridade política no pós-guerra em moçambique: o caso de Manica*. In: *Arquivo*. Maputo, 16, pp. 95-134.
- 3 - Artur, M^a. J (1992): "A composição da mulher e a contribuição feminina para a subsistência dos agregados familiares". Maputo: ARPAC.
- 4 - Artur, M^a. J (1992): "O estudo da mulher na luta armada". Maputo: ARPAC.
- 5 - Assembleia da República (1996): "*Anti-projecto da lei de terras*" (versão preliminar). Maputo.
- 6 - Abrahamson, H; Anders, N (1994): *Moçambique em transição - um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI.
- 7 - Boothby, Neil (1995): *Children of war: survival as a collective activities*.

- 8 - Bilton, I; Welbster, A: *Introductory sociology*. 2ª. edition.
- 9 - Cahen, Michel (1992): *Estado sem nação: Unidade ou pluralismo do estado em Moçambique e algures: Comunicação colóquio "Moçambique: realidades e desafios do pós-guerra"*. Maputo: ISRI.
- 10 - Chingono, MF. (1994): *Mulheres guerra e transformação na província de Manica: uma herança ambígua*. In: *Arquivo*, 16, pp. 95-134.
- 11 - Comissão Nacional do Plano: Direcção Nacional de Estatística, unidade de população e planificação (1994): *Avaliação das actividades de reintegração e reconstrução a nível distrital*, Relatório Final. Maputo.
- 12 - Darch, Colin (1992): *A guerra e as mudanças sociais em Moçambique (1986-1992): cenários para o futuro*; in: *Estudos Afro-asiáticos*, 23. Rio de Janeiro, pp. 213-227.
- 13 - Davies, Rob (1990): *Algumas implicações dos possíveis cenários pós apartheid para a região da África austral*, in: *Estudos Moçambicanos*, 8. Maputo, pp. 63-96.
- 14 - Dicionário de Ciências Sociais (1986): Fundação G. V. Rio de Janeiro.

- 15 - Documentos da Gorongosa, "extractos", (1984): Caixa 55 D, 2^a. ed.
- 16 - Flower, Khen (1987): *Serving secretly: Rhodesia's CIO chief on record*. Galago, Cape Town.
- 17 - Geffray, Cristhian (1991): *A causa das armas: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto. Edições Afrontamento.
- 18 - Gibbs, Sara. (1995): "Reports and comments post-war social reconstruction in mozambique: Re-framing children's experience of trauma and healing".
- 19 - IOM (1994): *Deslocados internos em moçambique*. Maputo.
- 20 - Jeichand, Iveth (1990): *Mulheres deslocadas em Maputo, Zambézia e Inhambane: mulher em situação difícil*". Maputo.
- 21 - Martin, Susan (1991): *Refugee womens*. Zed books.
- 22 - Minter, William. (1994): *Any inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. Zed books, London.

- 23 - "*Mulheres camponesas de Nampula e a lei de terra*". (1996): Apresentação à comissão de terra das propostas e o relatório da campanha.
- 24 - Muteia, Helder (1996): *A problemática de terras em Moçambique (subsídios para uma revisão da legislação)*. Maputo.
- 25 - O'Laughlin, Bridgit (1992): *A base social da guerra em moçambique*. in: *Estudos Moçambicanos*, 10. Maputo, pp. 107-142.
- 26 - Olson, Thomas (1990): *África do sul e os seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação*. in: *Estudos Moçambicanos*, 8, Maputo, pp. 15-62.
- 27 - Santos e Silva, Alice (1994): *Estudos exploratórios sobre a comunidade de "deslocados" do bairro de urbanização de Maputo: uma perspectiva sociológica*. in: *Estudos Moçambicanos*, 13. Maputo, pp. 79-124.
- 28 - Ratilal, Prakash (1990): *Enfrentar o desafio, utilizar a ajuda para acabar com a emergência*. Maputo.
- 29 - Refugee studies program (1990): *Refugges in the 1990s : first annual meeting of the international advisory pane*.

- 30 - Research department note (1989): *Renamo: The Mozabican National Resistance moviment*. African Section.
- 31 - Roech, Otto (1992): *Renamo and the paesantry in southern Mozambique: a view from Gaza province*. in: *Canadian journal of África studies*, vol. 26, 3, pp. 462-484.
- 32 - Tajú, Gulamo (1988): **Renamo: Os factos que conhecemos**. In: *Cadernos de História*, 7. Maputo.
- 33 - Tajú, Gulamo (1994): *"A reintegração social dos militare desmobilizados; os desafios de hoje e de amanhã (o caso de Manica)"*. Maputo.
- 34 - UNICEF (1991): *Children in armed conflict*. A report of the interregional training workshop on children in armed conflict. Mombassa.
- 35 - Veira, Sérgio (1990): *África Austral: conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional*. In: *Estudos Moçambicanos*, 8, Maputo. pp. 63-96.
- 36- Vines, Alex (1991): *Renamo: terrorism in Mozambique*. London.

37 - Wilson, Khen (1992): "*Cults of violence and counter-violence in Mozambique*". In: *journal of Southern african studies*, 18, 3, pp. 527-583.

38 - Wuyts, Marc (1980): *Economia política do colonialismo*. in: *Estudos Moçambicanos*, 1, Maputo. pp. 9-22.

39 - Departamento de Estudos da Mulher e do Género: CEA-UEM. (1993) : *A mulher e a lei na África Austral: direito à sucessão e herança*. Maputo